



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
PROCURADORIA GERAL

PROJETO DE LEI Nº 156/2017

AUTORIA: VEREADORA PROFESSORA JACQUELINE

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A VACINAÇÃO ANUAL CONTRA A GRIPE PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANAUS.

PARECER PL/CMM

PROJETO DE LEI. AFRONTA
AO ART. 2º, DA CF E ART.
59, INCISO IV, DA LOMAN.
ART. 261, DA LOMAN.
ILEGALIDADE E
INCONSTITUCIONALIDADE.

Encontra-se nessa Procuradoria Geral, para emissão de parecer, Projeto de Lei nº 156/2017, versando sobre assunto acima mencionado.

O Projeto foi encaminhado a esta Procuradoria pela Comissão de Constituição e Justiça, para emissão de parecer, de cunho opinativo.

Não é demais lembrar que o Parecer da Procuradoria é apenas opinativo, não vinculando nem a Comissão de Constituição e Justiça, nem o Plenário desta Casa Legislativa, tendo como análise apenas o aspecto legal e constitucional da propositura, sendo completamente imparcial quanto ao aspecto político.

A Constituição Federal vigente atribuiu aos Municípios a capacidade de autonormatização, ou seja, a capacidade de editar suas próprias lei, de acordo com o princípio da Supremacia do Interesse local.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
PROCURADORIA GERAL

De fato, a teor do art. 30, inciso I, da Carta Federal, *verbis*:

"Art. 30 - Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;"

Ainda nesse sentido, dispõe o art. 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Manaus.

"Art. 8º - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;"

Assim, compete aos Municípios legislarem sobre assuntos de predominante interesse local, obedecendo aos princípios e normas do Ordenamento Jurídico Brasileiro.

Desta feita, mesmo reconhecendo a grande importância do projeto e tratar-se de assunto local, entendemos que há violação, ao princípio da Separação e Harmonia entre os Poderes, prevista no art. 2º, da CF/88. Vejamos:

"Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário."

De fato, a propositura cria uma obrigação para a Administração Municipal (EXECUTIVO), na medida em que obriga todos que seja realizada a vacinação de todos os profissionais de educação das escolas públicas e privadas no município de Manaus.

Vejamos o que dispõe a LOMAN:



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
PROCURADORIA GERAL

"Art. 59. Compete, privativamente, ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do Município."

Ademais, entendemos que o projeto cria obrigação e atribuições para o Executivo, ferindo o artigo acima transcrito.

Ademais, é importante salientar que a aprovação do projeto ensejará a criação de despesas para o Poder Executivo, que terá que implementar toda uma estrutura para a aplicação da lei.

Isto posto, diante dos argumentos expostos, somos do entendimento de que a propositura está eivada de inconstitucionalidade e ilegalidade. Sugerimos que a nobre vereadora faça um indicativo ao Prefeito.

Manaus, 19 de julho de 2017.

PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO
Procuradora da CMM